2 — O presente despacho considera-se efetuado por urgente conveniência de serviço, produzindo efeitos a partir de 27 de julho de 2015, ficando por esta forma ratificados todos os atos que tenham sido praticados pela Vogal do Conselho Executivo, Prof.ª Dr.ª Ana Paula Dias Delgado, nomeadamente a subdelegação.

3 — O presente despacho será divulgado, para além da publicação no *Diário da República*, no sistema de informação da Faculdade de Economia da Universidade do Porto.

27 de julho de 2015. — O Diretor, *Prof. Doutor José Manuel Janeira Varejão*.

209343442

Faculdade de Medicina Dentária

Regulamento n.º 180/2016

Miguel Fernando da Silva Gonçalves Pinto, Professor Catedrático e Diretor da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto:

Torna público, no uso da competência que lhe é cometida pela alínea q) do artigo 18.º dos Estatutos da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto (FMDUP), que foi aprovado no dia 27 de janeiro de 2016 pelo Conselho Científico da FMDUP e homologado por despacho do Senhor Reitor de 2 de fevereiro de 2016, o Regulamento das provas de apresentação, discussão e defesa públicas de casos clínicos, que se publica infra.

16 de fevereiro de 2016. — O Diretor, *Prof. Doutor Miguel Fernando da Silva Gonçalves Pinto*.

Regulamento das Provas de Apresentação, Discussão e Defesa Públicas de Casos Clínicos

Em 24 de junho de 2015, foi publicado em *Diário da República*, 2.ª série n.º 121, o Regulamento n.º 355/2015 de 24 de junho, que é um Regulamento dos processos especiais de candidatura às especialidades, no caso de Cirurgia Oral, Odontopediatria e Periodontologia.

Este Regulamento foi aprovado no desenvolvimento dos Regulamentos de acesso especial às mencionadas especialidades.

Visa este Regulamento regulamentar as Provas de Apresentação, Discussão e Defesa Públicas de Casos Clínicos na área da especialidade, na sequência do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento n.º 355/2015, de 24 de junho.

O presente Regulamento foi aprovado pelo Conselho Científico da FMDUP no dia 27 de janeiro de 2016, tendo o seu projeto sido submetido a consulta pública nos termos do n.º 2 do artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, por publicação no *Diário da República*, 2.ª série n.º 247 de 18 de dezembro de 2015, pelo Aviso n.º 14812/2015.

Artigo 1.º

Finalidade das provas

As provas têm por finalidade atestar a competência clínica numa área de especialidade para efeitos de acesso aos processos especiais de candidatura às especialidades de Cirurgia Oral, de Odontopediatria e de Periodontologia da Ordem dos Médicos Dentistas.

Artigo 2.º

Condições de admissão

Poderão ser admitidos às provas, os que à data da candidatura sejam docentes dos mestrados integrados em medicina dentária das instituições públicas de ensino superior, com 5 (cinco) ou mais anos de docência na respetiva área da especialidade e que possuam o grau de Doutor.

Artigo 3.º

Júri das provas

1 — O júri das provas de apresentação, discussão e defesa públicas de casos clínicos, cuja nomeação incumbe ao Conselho Científico, deverá ser constituído:

a) Pelo Presidente do Conselho Científico, que presidirá;

b) Por dois professores de carreira, das áreas disciplinares ou grupos de disciplinas correspondentes às áreas de especialidade a que as provas se referem, de duas instituições públicas de ensino superior com lecionação dos mestrados integrados em Medicina Dentária.

2 — O Presidente do Conselho Científico pode delegar a presidência do júri das provas em outro membro do Conselho Científico.

3 — As candidaturas deverão ser requeridas ao Presidente do Conselho Científico da FMDUP até ao dia 29 de fevereiro de 2016, sendo os candidatos notificados da sua aceitação ou rejeição até ao dia 5 de março de 2016.

4 — As provas deverão realizar-se nos dias 28 e 29 de abril de 2016.

Artigo 4.º

Âmbito das provas

1 — As provas consistem na apresentação, discussão e defesa públicas de casos clínicos obedecendo a campos restritos de temas dedicados a cada área de especialidade, conforme adiante se especifica:

A) Periodontologia:

Tratamento da doença periodontal

- 1 — Caso de periodontite crónica
- 2 — Caso de periodontite agressiva
- 3 — Caso de situação urgência (abcesso periodontal, lesão endo-perio ou lesão periodontal necrosante) Cirurgia mucogengival/plástica periodontal
- 4 — Caso de recobrimento radicular/aumento gengiva queratinizada
- 5 — Caso de alongamento coronário (zona estética)
- 6 — Caso de aumento de volume gengival (zona estética)

Cirurgia regenerativa

7 — RTG/PDME/Outro

Cirurgia lesão furca

8 — Ressecção ou regeneração

Cirurgia implantar

- 9 — Reabilitação área edêntula unitária
- 10 — Reabilitação área edêntula parcial
- 11 — Reabilitação total
- 12 — Tratamento das complicações com implantes

B) Odontopediatria:

- 1 — Cáries precoces da infância
- 2 — Tratamentos pulpares em dentição temporária
- 3 — Tratamentos pulpares em dentição permanente jovem
- 4 — Tratamentos restauradores em dentição temporária/permanente jovem
- 5 — Tratamento restaurador com coroa prefabricada
- 6 — Tratamento de outras alterações do desenvolvimento dentário
- 7 — Resolução de episódio traumático em dentição temporária ou dentição permanente jovem
- 8 — Casos clínicos de e/ou frenectomia lingual/labial
- 9 — Casos clínicos de germectomia/extração de dente retido/tração ou exposição da coroa clínica/extração de dentes supranumerários
- 10 — Casos clínicos de patologia quística ou tumoral
- 11 — Casos clínicos de Ortodontia preventiva/intercetiva
- 12 — Tratamento de paciente com necessidades especiais

C) Cirurgia Oral:

- 1 — Cirurgia de tecidos moles
- 2 — Cirurgia de tecidos duros
- 3 — Cirurgia de patologia tumoral
- 4 — Cirurgia de dentes inclusos
- 5 — Cirurgia implantar
- 6 — Cirurgia endodôntica
- 7 — Cirurgia ortodôntica

Artigo 5.º

Regime de prestação de provas

1 — A apresentação dos casos clínicos a que se refere o artigo anterior terá a duração máxima de trinta minutos, podendo a sua discussão, que ficará a cargo de dois membros do júri, demorar o mesmo tempo.

2 — Os candidatos deverão apresentar casos clínicos em, pelo menos, 6 (seis) dos 12 (doze) temas de Periodontologia ou Odontopediatria, ou 4 (quatro) dos 7 (sete) temas de Cirurgia Oral, obedecendo aos campos restritos de temas dedicados a cada área de especialidade.

Artigo 6.º

Classificação das provas

1 — Concluídas as provas, cujo resumo constará da respetiva ata, o júri reunir-se-á para as apreciar e atribuir a classificação do candidato.

2 — Só podem participar na votação os membros do júri que tenham assistido às provas.

3 — O presidente dispõe de voto de qualidade caso se verifique existir empate na situação prevista na segunda parte do número anterior.

4 — O resultado final será expresso pelas fórmulas de «Recusado» ou «Aprovado».

5 — Aos candidatos aprovados será emitido um certificado de acordo com o modelo de certificado constante no Anexo I do presente regulamento, que comprove a apresentação, discussão e defesa pública dos casos clínicos na área da especialidade.

Artigo 7.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da publicação no *Diário da República*.

ANEXO I

Certificado de apresentação, discussão e defesa públicas de casos clínicos

(cf. artigo 10.º do Regulamento n.º 355/2015, de 24 de junho)

Certifica-se por este meio que o(a) Médico(a) Dentista ..., portador(a) da cédula profissional n.º ..., realizou perante esta Faculdade de Medicina Dentária, ... com Sede na ..., a apresentação, discussão e defesa públicas de casos clínicos, na área da ... e com aprovação, em ... de ... de ...

Por ser verdade, e conforme pedido do(a) interessado(a), passo o presente certificado, que assino e carimbo com o selo branco em uso nestes Serviços.

..., ..., de ..., de 20...

O Diretor da Faculdade de Medicina Dentária da Universidade do Porto
(selo branco dos serviços)

209359279

INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA**Aviso n.º 2132/2016**

Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum para ocupação de um posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, aberto por edital n.º 841/2015, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 180, de 15 de setembro de 2015, homologada por despacho de 05.01.2016 do Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, se encontra afixada nas instalações da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra, podendo também ser consultada na página eletrónica.

05.01.2016. — O Administrador do Instituto Politécnico de Coimbra,
Filipe Reis.

209346229

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA**Regulamento n.º 181/2016**

Considerando a necessidade de rever e atualizar o Regulamento dos Cursos de Mestrado do Instituto Politécnico da Guarda, Regulamento n.º 387/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 195, de 9 de outubro;

Ouvido o Conselho Superior de Coordenação do IPG, nos termos da alínea i) do artigo 44.º dos Estatutos do Instituto Politécnico da Guarda;

Ao abrigo do disposto no artigo 40.º, n.º 1, al n), dos Estatutos do IPG, aprovados pelo Despacho Normativo n.º 48/2008, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 4 de setembro, por despacho datado de 22 de janeiro de 2016, foram aprovadas as alterações ao Regulamento

dos Cursos de Mestrado do Instituto Politécnico da Guarda, o qual se republica em anexo.

10.02.2016. — O Presidente do IPG, *Prof. Doutor Constantino Mendes Rei*.

ANEXO

Regulamento dos Cursos de Mestrado do Instituto Politécnico da Guarda

O presente regulamento, dos cursos de Mestrado do Instituto Politécnico da Guarda, fixa as normas regulamentares dos ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre, cumprindo com o estipulado no artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 107/2008, de 25 de junho, 230/2009, de 14 de setembro e 115/2013, de 7 de agosto, dando assim uniformização e consistência lógica ao funcionamento destas formações e considerando que as especificidades dos cursos, propostos por cada Escola, tenham as adequações convenientes em regulamento próprio com base nestas orientações regimentais.

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

1 — O presente regulamento aplica-se aos ciclos de estudos conducentes ao grau de mestre ministrados nas escolas do Instituto Politécnico da Guarda.

2 — No caso de ciclos de estudos, ministrados em parceria ou consórcio com outras instituições, poderão ser efetuados os ajustamentos ou alterações consideradas necessárias, mediante aprovação nos órgãos da escola e/ou do consórcio.

3 — O disposto no presente regulamento não prejudica a regulamentação, em cada escola, de aspetos específicos não contemplados neste, desde que não o contrariem.

Artigo 2.º

Âmbito do grau de Mestre

1 — Nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de março, o grau de mestre é conferido aos que demonstrem:

a. Possuir conhecimentos e capacidade de compreensão a um nível que:

i. Sustentando-se nos conhecimentos obtidos ao nível do 1.º ciclo, os desenvolvam e aprofundem;

ii. Permitam e constituam a base de desenvolvimentos e/ou aplicações originais, em muitos casos em contexto de investigação;

b. Saber aplicar os seus conhecimentos e a sua capacidade de compreensão e de resolução de problemas em situações novas e não familiares, em contextos alargados e multidisciplinares, ainda que relacionados com a sua área de estudo;

c. Capacidade para integrar conhecimentos, lidar com questões complexas, desenvolver soluções ou emitir juízos em situações de informação limitada ou incompleta, incluindo reflexões sobre as implicações e responsabilidades éticas e sociais que resultem dessas soluções e desses juízos ou os condicionem;

d. Serem capazes de comunicar as suas conclusões e os conhecimentos e raciocínios a elas subjacentes, quer a especialistas, quer a não especialistas, de uma forma correta, clara e sem ambiguidades;

e. Competências que lhes permitam uma aprendizagem ao longo da vida, de um modo fundamentalmente auto-orientado ou autónomo.

2 — O grau de mestre é conferido numa especialidade, podendo, quando necessário, as especialidades serem desdobradas em áreas de especialização.

3 — O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição pelo estudante de uma especialização de natureza profissional.

Artigo 3.º

Estrutura e organização curricular

1 — O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre integra:

a. Um curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares, denominado Curso de Mestrado, organizado pelo sistema de créditos ECTS. Este curso está subdividido em especializações de natureza profissional;